

Ministro anuncia "Lei Sarney"

São Paulo— O Governo tem pronto um projeto de lei a ser enviado ao Congresso Nacional nos próximos dias propondo a aprovação de uma legislação especial para a Saúde, nos mesmos moldes da Lei Sarney para a Cultura, prevendo a concessão de benefícios fiscais aos empresários que investirem na recuperação de equipamentos para hospitais e principalmente santas casas. O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Saúde, Borges da Silveira, ao participar de almoço com empresários paulistas na sede da Federação

das Indústrias de São Paulo.

A proposta para a Saúde, de autoria do ministro, vem ao encontro do desejo dos empresários, especialmente os ligados à indústria paulista, interessados em fazer investimentos no setor, ampliando os serviços prestados aos seus trabalhadores, como nos hospitais e serviços prestados aos seus trabalhadores, como nos hospitais e postos de saúde. É uma ótima idéia, é algo brilhante" disse Mário Amato, presidente da FIESPE, lembrando que a possibilidade de se manter santas casas é

uma intenção antiga do empresariado e faz parte do projeto de se ampliar a atuação nos setores essenciais, como Saúde, Educação e Habitação, numa proposta conjunta com os governos estaduais e federal e com sindicato de trabalhadores.

Segundo o ministro da saúde, a Lei Sarney para a Saúde prevê investimentos do setor empresarial apenas na rede hospitalar pública, sendo vedada a aplicação de recursos no setor privado. O empresário, ao fazer

sua declaração de Imposto de Renda, escolherá exatamente o local e o equipamento para o qual destinará recursos, gozando de benefícios fiscais. O hospital ou santa casa que receber a aplicação de verbas ou equipamentos deverá prestar contas ao ministério da Saúde, que fiscalizará a operação através do Fundo Nacional de Saúde, criada para essa finalidade.

"Com essa legislação, o próprio empresário poderá fiscalizar a aplicação dos recursos que desejou destinar para um

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, terça-feira, 12 de abril de 1988

9

ney" para a Saúde

hospital, para recuperação de equipamentos, etc, facilitando a tarefa do governo. Ao mesmo, ajuda a recuperar um serviço que está parado, prejudicando parte da população de uma cidade, por exemplo", afirmou o ministro, explicando que a legislação que se pretende criar integra um plano de saúde em todos os níveis. Por esse motivo

o ministério já pediu e obteve da Cacex determinação de que qualquer equipamento hospitalar só será importado daqui por diante depois de autorização do ministério da Saúde. E a impor-

tação poderá ser proibida, caso se constate a existência de material similar no Brasil.

O ministro da saúde conseguiu junto aos empresários paulistas o compromisso de atuarem junto aos organismos federais e estaduais na área de saúde para disseminação de informações e campanhas de esclarecimento de funcionários sobre doenças graves, caso da Aids e do dengue. Informou também que dará prosseguimento ao projeto de descentralização dos serviços de saúde, já con-

cretizados em 20 estados, é a política de combate aos bancos de sangue clandestinos e irregulares, para reduzir a contaminação de doenças transmitidas por sangue. "O que queremos do empresariado é que nos ajude nessa luta. Eles podem fazer investimentos e podem também, de modo mais simples, ampliar o alcance de nossas campanhas, mandando republicar nos textos, distribuindo-os entre seus funcionários. No caso do Governo, a responsabilidade é manter hemocentros com qualidade", disse.